



1 Aos vinte e oito (28) do mês de maio, às 14h30min, na sala de reunião do Educar, realizou-se a  
2 Reunião do Fórum Permanente de Apoio à Formação Docente. Estiveram presentes: Shirley  
3 Cristina Lacerda Malta – Gerente de Políticas Educacionais da Educação Infantil e Ensino  
4 Fundamental (SEDE); Rosinete Salviano Feitosa (SEDE); Salmo Sóstenes Pontes (SEDE); Vera  
5 Soares (SEDE); Heleno Araújo Filho (CNTE); Francisco Ricardo Duarte (UNIVASF); Maria do  
6 Carmo Melo (UPE); Maria Auxiliadora Leal Campos (UPE); Fátima Maria Leite Cruz (UFPE);  
7 Ester de Souza Rosa (UFPE); Glauco Reinaldo Ferreira (IFPE – RECIFE / SERTÃO); Vilma  
8 Bezerra (UNDIME) e Bruna Tarcília Ferraz (UFRPE). A reunião teve início com a leitura da ata da  
9 reunião anterior. Após as alterações propostas, encaminhou-se a discussão do segundo ponto de  
10 pauta. A prof<sup>a</sup> Shirley Cristina Lacerda Malta destacou que o documento da Capes ressalta a  
11 necessidade do projeto ser voltado para os professores em exercício. A prof<sup>a</sup> Maria do Carmo Melo  
12 declarou que compreende a posição do Fórum e Vilma Bezerra destacou a necessidade do Fórum  
13 reforçar sua decisão. Ester de Souza Rosa defendeu a necessidade de se agendar um encontro com  
14 os secretários municipais de educação para esclarecer todos os pontos pendentes sobre o programa  
15 bem como reforçar a natureza programática do PARFOR. Ela defendeu que exista uma  
16 contrapartida por parte dos municípios no sentido de aproveitamento dos professores não efetivos.  
17 Vilma Bezerra declarou que seria necessário estabelecer uma articulação maior com a CAPES.  
18 Ester de Souza Rosa lembrou que a CAPES era um órgão executor e, por esta razão, o MEC seria a  
19 instância mais apropriada para o estabelecimento do debate a respeito dos desencontros de  
20 informações e opiniões. Shirley Cristina Lacerda Malta corroborou com a opinião de Ester de  
21 Souza. Maria do Carmo criticou duramente o descompasso entre as instâncias e frisou que a falta de  
22 harmonia no diálogo entre as instituições torna extremamente insatisfatório o funcionamento do  
23 PARFOR. Vilma Bezerra defendeu a necessidade de se aproveitar o momento para que se  
24 estabeleça uma ação política que busque diminuir gradativamente o número de professores  
25 contratados. Heleno Araújo Filho citou os artigos 61 e 67 da LDB para justificar o entendimento  
26 contrário a inclusão de professores contratados no Programa e reforçou essa interpretação com a  
27 leitura do decreto no qual, em seu conteúdo, deixava a critério dos Fóruns a decisão sobre o plano  
28 estratégico. Maria do Carmo defendeu a proposta da contrapartida lançada por Ester de Souza Rosa  
29 porém houve um consenso de que o Fórum não tinha como exigir, por parte dos municípios, a  
30 realização de concursos públicos. Ester de Souza Rosa frisou que seria importante provocar os  
31 municípios no sentido da realização de concursos públicos mesmo reconhecendo que isso excedia a  
32 competência e atribuição do Fórum. Maria do Carmo cobrou a tomada de decisões políticas  
33 enfáticas. Os membros presentes concordaram na manutenção da deliberação anterior e na  
34 convocação de uma reunião com os secretários para o esclarecimento da decisão adotada pelo  
35 Fórum. Francisco Ricardo Duarte mencionou a situação das instituições que atuam em Estados com  
36 critérios de inscrição distintos. Houve certo desconforto de alguns membros com o descumprimento  
37 da LDB por parte de alguns Estados. Vilma Bezerra reforçou a proposta de se convocar uma  
38 reunião com o MEC e a CAPES. Ela ressaltou que os aspectos abordados faziam parte da  
39 conjuntura de uma política nacional e, por isso, não se podia exclusivamente considerar o âmbito  
40 local no momento de tomar decisões. Maria Auxiliadora respaldou a fala de Vilma Bezerra. Bruna  
41 Tarcília Ferraz defendeu a necessidade de se avaliar atentamente os dois pontos de vista e analisar  
42 minuciosamente os documentos que subsidiam esses argumentos. A necessidade da reunião com  
43 todos os secretários foi acatada unanimemente. Ester de Souza Rosa citou uma fala de Maria Luiza  
44 Aléssio para ressaltar a importância do Fórum no debate de vários aspectos pertinentes à educação.  
45 Após a fala de Ester de Souza Rosa, Shirley Cristina Lacerda Malta abordou o ponto de pauta  
46 referente à formação de turmas. Fátima Cruz observou que as informações fornecidas pelo  
47 representante da Secretaria de Caruaru não corresponderam às demandas existentes. Ela pontuou  
48 que a desinformação é um prejudicial para o cronograma de formação das turmas. Glauco Reinaldo  
49 Ferreira aproveitou o espaço para solicitar o encaminhamento de uma comunicação à CAPES



50 solicitando a ampliação do funcionamento da Plataforma Freire. A prof<sup>a</sup> Shirley Cristina Lacerda  
51 Malta reforçou a data da próxima reunião, agendada previamente pelos participantes do Fórum, e  
52 não havendo mais nenhum tema em pauta a ser tratado deu por encerrada a reunião. Para constar  
53 lavrei a presente ata que, após sua aprovação, vai por mim secretário *ad hoc* Salmo Pontes e por  
54 todos os presentes que assinaram a relação em anexo. Recife, 27 de fevereiro de 2012.  
55

<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>REPRESENTANTE</b>	<b>ASSINATURA</b>
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Shirley Cristina Lacerda Malta	
	Rosinete Salviano Feitosa	
	Salmo Sóstenes Pontes	
	Vera Soares	
CNTE	Heleno Araújo Filho	
UNIVASF	Francisco Ricardo Duarte	
UPE	Maria do Carmo Melo	
	Maria Auxiliadora Leal Campos	
UFPE	Fátima Maria Leite Cruz	
	Ester de Souza Rosa	
IFPE – RECIFE / SERTÃO	Glauco Reinaldo Ferreira	
UFRPE	Bruna Tarcília Ferraz	
UNDIME	Vilma Bezerra da Silva	

56